

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM COMUNIDADES DA TRILHA
VERDE DA MARIA FUMAÇA:**

Em busca da preservação de seus atrativos naturais e culturais e da memória ferroviária

Autor 1

Claudiene dos Santos Oliveira Pereira
UFVJM
Gouveia – Minas Gerais
claudiene.oliveira@ufvjm.edu.br

Autor 2

Helder de Moraes Pinto
UFVJM
Gouveia – Minas Gerais
helder.pinto@ufvjm.edu.br

RESUMO

Este artigo é uma síntese do projeto de extensão ligado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proexc) intitulado “Educação patrimonial em comunidades da Trilha Verde da Maria Fumaça: em busca da preservação de seus atrativos naturais e culturais e da memória ferroviária”. O projeto propõe a construção de conteúdos educativos-informativos, sobretudo vídeos, sobre as seguintes comunidades pertencentes à Trilha Verde da Maria Fumaça: Bandeirinha, Barão de Guaicuí, Mendes, Conselheiro Mata, Rodeador e Monjolos. Com isso, busca-se fazer com que as pessoas, tenham acesso a conceitos que as levem a cuidar/preservar os elementos da paisagem natural e vestígios materiais da ferrovia ao longo dessas comunidades e compreendam o que significa “Educação Patrimonial”. Logo, estão sendo feitas visitas em sítios virtuais para coleta de informações textuais, imagéticas e fílmicas de seres naturais, culturais, bem como das arquiteturas das comunidades, a exemplo de estações ferroviárias. Estão sendo elaborados textos com informações sobre a história desses locais e da memória ferroviária através de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental por jornais do Pão de Santo Antônio entre 1910 a 1940. Têm sido feita uma pesquisa bibliográfica sobre educação patrimonial e preservação de elementos culturais e naturais. Foram elaborados três vídeos sobre Bandeirinha, Barão de Guaicuí e Conselheiro Mata, contendo informações sobre suas histórias e memória ferroviária, junto à questões da educação patrimonial e preservação cultural e natural. Tais conteúdos serão disseminados na página do Facebook da Trilha Verde da Maria Fumaça e da OSC Caminhos da Serra e no Youtube e enviados para pessoas destas comunidades, secretarias de educação, cultura e turismo ligadas a tais populações.

Palavras-chave: Patrimônio cultural, Educação patrimonial, Trilha Verde da Maria Fumaça.

INTRODUÇÃO

A Trilha Verde da Maria Fumaça é um circuito de ecoturismo em fase de consolidação; trata-se da exploração do leito da antiga linha férrea, no trecho entre Diamantina e Monjolos, trecho com 92 km. De acordo com Melo e Cardozo (2015, p. 1062), o patrimônio, em especial o patrimônio cultural objeto da educação patrimonial, é definido como todo patrimônio que resulta da ação humana, ou seja, das ações das pessoas em sociedade.

A ferrovia é um patrimônio cultural, objeto da educação patrimonial. Assim, este patrimônio deve ser conservado e valorizado, pois integra a história de todo um povo. Tal como revela Souza (2018, p.100), a ferrovia atravessou não apenas o território mas também várias dimensões da vida social e política. O autor cita como exemplo a influência que as lideranças e agentes ferroviários passaram a ter no cotidiano de Diamantina por meio da estrada de Ferro Diamantina a Corinto.

Diante disso, o projeto “Educação patrimonial em comunidades da Trilha Verde da Maria Fumaça: em busca da preservação de seus atrativos naturais e culturais e da memória ferroviária” busca a elaboração de conteúdos educativos-informativos (cartazes, catálogos, e, sobretudo, os vídeos) sobre as seguintes comunidades pertencentes à Trilha Verde da Maria Fumaça: Bandeirinha, Barão de Guaicuí, Mendes, Conselheiro Mata, Rodeador e Monjolos. Além disso, pretende investigar aspectos dessa trilha que se relacionem à propostas de preservação de recursos culturais e naturais.

Este projeto é um prolongamento do projeto de extensão da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) “Trilha Verde da Maria Fumaça: Um caminho entre geração de renda, o lazer ecológico, atividade física e a fruição cultural” realizado no ano de 2020, porém com uma perspectiva na a educação patrimonial. Ele traz uma proposta de usos sustentáveis para fins de lazer e desporto; o mesmo vale para os vestígios culturais, sobretudo as estações ferroviárias e marcas da ferrovia e aqueles ligados às tradições da populações residentes no circuito.

A Trilha Verde da Maria Fumaça é uma área rica em bens naturais e culturais, os quais demandam preservação e promoção , o que este trabalho defende. Vale salientar que muitas pessoas desconhecem que nesta região já passou uma estrada de ferro e que é preciso salvaguardar sua memória. Portanto, considera-se necessário promover a educação patrimonial nas comunidades da Trilha Verde da Maria Fumaça e buscar a preservação de seus atrativos naturais e culturais e da memória ferroviária.

Os conteúdos educativos com textos, imagens, áudios , além de vídeos educativos e informativos sobre estas comunidades, serão disseminados na página do Facebook da Trilha Verde da Maria Fumaça e da OSC Caminhos da Serra e no Youtube e enviados para pessoas destas comunidades, secretarias de educação, cultura e turismo ligadas a tais populações. Com isso, procura-se envolver moradores locais, visitantes e turistas na preservação dos bens patrimoniais (culturais e naturais) desses locais.

Além disso, discutir, por ferramentas telemáticas, a movimentação e sinalização da Trilha com moradores de Bandeirinha, Barão de Guaicuí, Mendes, Conselheiro Mata, Rodeador e Monjolos para notar as percepções e os conceitos que as comunidades têm desenvolvido sobre a Trilha. Somado a isso, procura-se mapear os pontos de presença de água às margens do percurso para serem incorporados ao conceito de patrimônio da Trilha Verde, como território aquífero relevante da ‘APA CAPIVARA/BARÃO’ e do ‘Médio Espinhaço’ -'Reserva da Biosfera'. Por fim, coletar informações para fundamentar o “tombamento”, como bem histórico e natural de todo o

percurso da Trilha, especialmente, os vestígios arqueológicos, notadamente, a arquitetura da linha férrea.

METODOLOGIA

Primeiramente, para a elaboração desses conteúdos educativos serão feitas visitas técnicas a sítios virtuais a fim de obtenção de informações sobre as comunidades alvo do projeto (dados populacionais, informações sobre seus bens naturais, culturais e estações ferroviárias, fotografias e filmes). Outra atividade que será realizada é a uma pesquisa bibliográfica sobre educação patrimonial e preservação de atrativos culturais/ naturais e escrita de textos sobre o tema o articulando com a Trilha Verde, que vão compor esses materiais.

Somado a isso, para a construção desses conteúdos, será feita uma pesquisa documental, principalmente em jornais do periódico *Pão de Santo Antonio* e elaboração de textos a partir dela. Essa pesquisa será feita a fim de serem encontradas informações nestes jornais e serem feitos recortes de jornais sobre história e memória dessas comunidades e da ferrovia Diamantina-Corinto. Por fim, haverá a criação e divulgação desses conteúdos nas páginas do Facebook da Trilha Verde da Maria Fumaça e da OSC Caminhos da Serra, além da plataforma do Youtube, assim como serão enviados para pessoas das comunidades envolvidas, bem como para as secretarias de educação, cultura e turismo ligadas a tais populações.

REFERENCIAL TEÓRICO

A estrada de Ferro Diamantina-Corinto, atual Trilha Verde da Maria Fumaça integrava a Estação Central do Brasil, sendo que “a locomotiva adentrou o município de Diamantina pela primeira vez em 07 de maio de 1911, com a estação de Santo Hipólito” (SOUZA, 2018, p.84). Logo, a ferrovia tornou-se um elemento civilizador, passando a incrementar “as relações comerciais interregionais, além de produzir outros impactos àquela sociedade” (SOUZA, 2018, p. 87).

Entretanto, há uma “escassez de estudos sobre a preservação das estações ferroviárias em Minas Gerais construídas principalmente devido à grande importância econômica do Estado para o país, sendo que a maior parte dos trabalhos privilegia o enfoque nas ferrovias de São Paulo e da região sul do país” (ALCANTARA, 2015, p.15). Diante disso, são necessários trabalhos que procurem trazer a preservação da história das ferrovias em Minas Gerais como algo essencial não apenas para as comunidades, mas também para seu povo, para sua história e memória.

De acordo com Melo (2015, p.1062), o patrimônio, em especial o patrimônio cultural objeto da educação patrimonial, é definido como todo patrimônio que resulta da ação humana, ou seja,

das ações das pessoas em sociedade. Assim sendo, o patrimônio cultural segundo Lemos Júnior (2012, p.58), diz respeito à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. A ferrovia constitui o patrimônio cultural. A educação patrimonial trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p.4).

Demarchi (2016,p. 268) declara que a educação patrimonial vai além de ser uma temática de constante reflexão, deve considerar as pessoas da comunidade com que se trabalha como sujeitos históricos, legitimando as suas visões de mundo, seus símbolos e significações. Nesse viés, como revela, é imprescindível que a educação patrimonial seja problematizadora, e realizada em conjunto com as comunidades a fim de que a levem a ter uma nova relação com este patrimônio. Ela deve ocorrer desde a identificação do patrimônio até como agir para preservá-lo. Conforme estabelece o Manual técnico do Patrimônio Ferroviário do Iphan (2010), o tema Patrimônio Cultural Ferroviário vem sendo estudado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN, há pelo menos uma década.

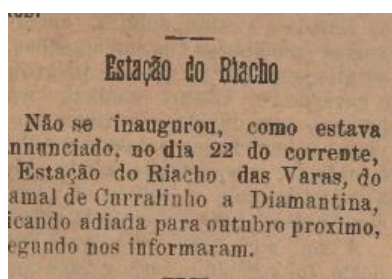
A Lei Nº 11.483, de 31 de maio de 2007 introduz o termo “Memória Ferroviária” e faz com que esse órgão tenha atribuições específicas para preservação da Memória Ferroviária. A memória ferroviária diz respeito: ao transporte de passageiros; transporte de cargas; prédios para a requalificação; prédios para o descarte e demais bens destinados ao abandono; dos bens rentáveis, leiloados à iniciativa privada” (ZAMBELLO, 2011, p.24 citado por CALISKEVSTZ, p.23). Também ressalta-se o tombamento de bens culturais realizado pelo Iphan. Trata-se de um instrumento pelo qual o Estado passa a intervir diretamente sobre bens públicos ou de particulares em razão da supremacia do interesse público, por conter, esses bens, inestimável valor histórico e cultural” (RAMOS, 2016, p.86).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultado foram constituídos três vídeos sobre as comunidades de Bandeirinha, Barão de Guaicuí e Conselheiro Mata, que serão o mais breve divulgados na página do Facebook da Trilha Verde da Maria Fumaça e da OSC Caminhos da Serra e no Youtube, além de divulgados para moradores das comunidades. Durante o projeto foi feita uma pesquisa documental, por meio da qual foram escritos textos com informações sobre a história desses locais e da memória ferroviária conjugados a uma perspectiva de educação patrimonial e preservação de atrativos culturais/ naturais e outras informações dessas comunidades (fotos de bens naturais como cachoeiras, serras), além de fotografias antigas e atuais das estações de Conselheiro Mata e Barão

de Guaicuí. . Esses materiais tem composto esses três vídeos e serão usados nos demais conteúdos a serem criados.

Sobre a pesquisa documental , foram encontrados um relatório da Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas de 1910 , bem como houve a análise de cerca de mil jornais dos periódicos *Pão de Santo Antonio* e *Voz de Diamantina* entre 1905 à 1936, sendo que a pesquisa documental será encerrada com análise de jornais dos anos de 1940. Posteriormente a análise, alguns trechos foram printados e comentados. Eles trazem uma série de informações sobre: inauguração de ramais da ferrovia, acidentes nas estações, chegada de visitantes e personalidades ilustres através dos trens da estação, novos horários de trens, reformas nas estações das comunidades. O trecho abaixo é um dos recortes encontrados em jornais e foi usado no vídeo de Conselheiro Mata. Ele fala sobre a data prevista para a inauguração do ramal férreo de Riacho das Varas, atual Conselheiro Mata.



PÃO DE S. ANTONIO. Diamantina: Pia União do Pão de Santo Antonio, ano 6, n. 12, 28 setembro 1912, 4p.

Os vídeos elaborados trazem a perspectiva de Alcantara (2015, p.14), de que a preservação do patrimônio ultrapassa a simples manutenção física de um bem cultural edificado, é necessário também a corresponsabilidade do cidadão e da sociedade. Neles é destacada a necessidade de corresponsabilidade de manutenção do patrimônio entre o Estado e a população. Concordando com tal ideia, Demarchi (2016, p.274) sublinha que na educação patrimonial a ação educativa é importante em todo o processo, “desde a identificação do patrimônio cultural até a escolha dos meios utilizados para preservá-lo, incluindo a própria gestão dos recursos”. Outra questão importante a ser sinalizada é que a utilização da lei da memória ferroviária trouxe maior responsabilidade ao Iphan, —o alcance é maior do que simplesmente preservar um grupo de estações com valor histórico (CAVALCANTI, 2009 citado por PROCHNOW, 2014, p.87).

Ademais, no ano passado em uma visita de campo feita à comunidade de Bandeirinhas, foram encontrados registros do trem de ferro na comunidade. Os moradores da comunidade possuem uma fala que demonstra que até hoje o trem faz parte da vida deles, dois deles filhos de “turmeiros” que haviam sido trabalhadores na estação Diamantina-Corinto e que residem em casas

de turma cedidas a eles. As casas de turma foram estruturas habitacionais construídas ao longo da via-férrea e que serviram como moradia para famílias de trabalhadores deste empreendimento, seja durante a construção, seja durante a manutenção da ferrovia já em funcionamento (LINO, 2019, p.79). As pessoas de Bandeirinha fizeram relatos sobre como eram suas vivências junto ao trem, as viagens realizadas. Enfim, marcas da ferrovia entre pregos, dormentes, trilhos férreos e rostos marcados pelo sol.



Prego retirado da estrada onde passavam os trilhos do trem



Uma das casas de turma de Bandeirinha

Enfim, é necessário que as pessoas cuidem e zelem pelas suas comunidades, e preservem seus patrimônios naturais e culturais (o que inclui as ferrovias e seus elementos) e a memória ferroviária, além de que devem cobrar o Estado por políticas públicas que assegurem isso. Mediante a isso, é estabelecido o projeto Educação patrimonial em comunidades da Trilha Verde da Maria Fumaça: em busca da preservação de seus atrativos naturais e culturais e da memória ferroviária”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já relatado, o projeto busca a preservação de atrativos naturais e culturais e da memória ferroviária através da elaboração de conteúdos educativos-informativos, sobretudo vídeos, sobre as seguintes comunidades pertencentes à Trilha Verde da Maria Fumaça: Barão, Bandeirinha, Mendes, Conselheiro Mata, Rodeador e Monjolos. Portanto, fazer com que as pessoas resinifiquem esses locais e compreendam o que significa “Educação Patrimonial”.

Diante disso, até o presente momento, os conteúdos encontram-se em processo de elaboração, e trazem história e memória ferroviária, junto à questões da educação patrimonial e preservação cultural e natural destas comunidades, Já foram elaborados três vídeos, que ainda serão divulgados. Nesse sentido, seguimos na construção dos demais conteúdos e ao finalizá-los, será feita sua divulgação.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, Carolina Paulino. “*Princesa do Norte*”: *contradições da modernidade em Diamantina (1889-1930)*. 2015. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBDA96J7C/1/disserta__o_carolina_paulino_alc_ntara.pdf. Acesso em: 15 de abril de 2021.

CALISKEVSTZ, V. R. *A participação do trabalhador ferroviário na composição do patrimônio cultural intangível da ferrovia paranaense*. Dissertação. Ponta Grossa. 2012. Disponível em:

https://www.academia.edu/32754564/A_participa%C3%A7%C3%A3o_do_trabalhador_ferrov%C3%A1rio_na_composi%C3%A7%C3%A3o_do_patrim%C3%B4nio_cultural_intang%C3%ADvel_da_ferrovia_paranaense. Acesso em: 16 de maio de 2021.

DEMARCHI, João Lorandi. *Perspectivas para atuação em educação patrimonial*. Revista CPC, n. 22, p. 267-291, 2016.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: Iphan, 1999. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf. Acesso em: 13 de janeiro de 2021.

IPHAN. *Manual técnico do Patrimônio Ferroviário*. 2010, 88p. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_tecnico_patrimonio_ferroviano.pdf. Acesso em: 12 de janeiro de 2021.

LEMONS JÚNIOR, Clésio Barbosa. *Patrimônio cultural: conceitos, proteção e direito pela educação patrimonial*. Revista do Curso de Direito do UNIFOR, v. 3, n. 2, p. 50-61, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uniformg.edu.br:21011/periodicos/index.php/cursodireitouniformg/article/view/136>. Acesso em: 13 de janeiro de 2021.

LINO, Jaisson Teixeira; MATIAS, Everson Semler; ARAÚJO, Fábio. *Casas de turma da ferrovia do contestado, Santa Catarina*. Revista Arqueologia Pública, v. 13, n. 2, p. 79-96

MELO, Alessandro de; CARDOZO, Poliana Fabiula. *Patrimônio, turismo cultural e educação patrimonial. Educação & Sociedade*. v. 36, n. 133, p. 1059-1075, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v36n133/1678-4626-es-36-133-01059.pdf>. Acesso: 16 de janeiro de 2021.

PROCHNOW, Lucas Neves. O Iphan e o patrimônio ferroviário: a memória ferroviária como instrumento de preservação. *Lucas Neves Prochnow – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 2014.

RAMOS, Ana Catarina PT. *A Preservação de Bens Culturais no Brasil – Respeito e Conscientização Social*. Revista Noctua, v. 1, p. 79-96, 2016. Disponível em: http://fundacaoparanabuc.org.br/arquivo/16245_Ana_catarina.pdf. Acesso em: 13 de janeiro de 2021.

SOUZA, Ramon Felipe. *O Sertão nos trilhos: ferrovia, ambiente e saúde no debate sobre a integração do Norte de Minas Gerais (Diamantina, 1902-1922)*. 2018. Tese de Doutorado.